

# MODOS DE VIDA E ESCOLARIDADE: ASPECTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA

*Mara C. de S. Lago*

Professora do Departamento de  
Psicologia da UFSC, doutora em  
Psicologia Educacional pela  
UNICAMP - SP

## RESUMO

Este artigo procura discutir alguns aspectos da vivência de sujeitos originários das localidades litorâneas da Ilha de Santa Catarina, que se urbanizam em função do turismo. Fundamenta-se em material obtido em diferentes etapas de pesquisa de campo, objetivando estudos etnográficos que pretendem contribuir para a compreensão da trajetória dos sujeitos no processo de transformação social da Ilha. O material analisado se refere às representações dos entrevistados sobre questões ligadas à escolaridade.

## ABSTRACT

*This article discusses aspects of the lifestyles of subjects of the coastal region of Santa Catarina Island, which is being urbanized due to tourism. Based on material obtained during different stages of the fieldwork, with the objective of developing ethnographic studies which could contribute to the comprehension of the trajectory of the subjects in the island's social transformation process. The material analyzed refers to responses of the subjects to questions related to scholarship.*

Através de entrevistas realizadas em diferentes momentos de pesquisa, nas quais obtive depoimentos e histórias de vida, tenho procurado estudar a trajetória de sujeitos no processo de transformação social da Ilha de Santa Catarina, numa perspectiva que situa a psicologia no rol das ciências humano-sociais e considera a interdisciplinaridade como necessária à compreensão das articulações sujeito/cultura/sociedade.

As pessoas entrevistadas são originárias de comunidades rurais que viviam, até pouco tempo atrás, da agricultura e da pesca. Localidades litorâneas que se urbanizam rapidamente, em função do crescimento do turismo e da própria expansão da cidade de Florianópolis sobre as praias.

Com o processo de urbanização, o que tem mudado fundamentalmente para as populações das antigas comunidades da ilha, são as formas de trabalho, já que esta transformação tem inviabilizado a agricultura, com a pressão imobiliária tornando a terra de um "valor de uso", em "valor de troca", e impedido a própria pesca, quando tira do pescador o acesso ao mar, pela venda dos terrenos de marinha (supervalorizados), depois de ter determinado a mudança de sua moradia para locais mais distantes das praias. Acrescida a isto, a expansão da pesca industrial dizimando os cardumes com seu poder altamente predador, tem um papel de destaque na inviabilização da pesca artesanal na Ilha de Santa Catarina.

Com a impossibilidade de continuarem sobrevivendo das atividades tradicionais, as populações das localidades da ilha se vêem na contingência de buscar novas formas de trabalho, que lhes garantam a subsistência. Formas "urbanas" de trabalho, em contraposição ao trabalho "tradicional", na pesca e na lavoura.

Estas novas formas de atividades, na cidade ou nas próprias localidades urbanizadas, colocam uma exigência: a mediação da escola, a escolarização como condição de acesso aos códigos simbólicos escritos, necessária para trafegar nos espaços urbanos de moradia e trabalho. Condição esta (escola

mediando o acesso ao trabalho), que não existia para as atividades rurais, aprendidas pelas crianças ainda pequenas quando acompanhavam os pais nas lidas da pesca e da lavoura.

Para as populações rurais, de maneira geral, estudo e trabalho não são atividades que se sucedem em diferentes etapas da vida. O trabalho não é, como para as crianças e jovens pertencentes às camadas médias urbanas e à burguesia, um momento posterior ao tempo da escola, vista como a fornecedora formal do instrumental simbólico e técnico necessário ao desenvolvimento das atividades profissionais futuras. Escola e trabalho para as populações do mundo rural, são atividades concomitantes, como para as crianças e jovens das classes trabalhadoras urbanas.

Como bem o coloca Carlos Brandão, num estudo sobre jovens oriundos de bairro operário em periferia urbana: "... o rapaz ou a moça se reconhecem como trabalhadores que ainda estudam, mais do que como estudantes que já trabalham" (Brandão, 1989, p.101).

Com relação à questão de escolaridade e trabalho, assim como estão contrapostas, nas análises, as formas "tradicionais" e "novas" de trabalho, tem existido, na produção pedagógica, uma clássica dicotomia entre "escolas rurais" e "escolas urbanas", dicotomia que não é apenas teórica, mas de efeitos práticos evidentes na comparação entre os dois tipos de escolas, tanto em termos de estrutura, como de organização, ou conteúdos de ensino.

Uma discussão recorrente na literatura sócio-pedagógica brasileira tem sido a referente à "mística da incompatibilidade" entre escola e trabalho no mundo agrícola, como explicação comum para o pretenso desinteresse pela escolaridade no meio rural.

Para o sociólogo José de Souza Martins (1975), os modos de vida da cidade e do mundo rural correspondem a linguagens diferentes. Por estar comprometida com os valores e os modos de vida urbanos, a escola é vista por Martins como a negação do rural, e sua eficácia depende da transformação das sociedades agrárias, pela integração

com o mundo urbano. Para o autor, nesta negação do mundo rural e inadequação da mensagem da escola ao modo de vida agrário, devem ser buscadas as causas da evasão escolar e da repetência, muitas vezes expressivas no meio rural.

Eunice Durham (1984), analisando o processo de migração de trabalhadores rurais para a cidade (em São Paulo), refere-se ao desinteresse pela escolarização nas sociedades agrícolas tradicionais. No entanto, quando procura interpretar as motivações para a migração entre os sujeitos que pesquisou, percebe que o homem rural coloca como uma das vantagens da vida urbana, melhores oportunidades de estudos para seus filhos.

As pesquisas de Zeila Demartini (1985, 1988) contestam a concepção de que há um desinteresse das populações de origem rural pela escolarização das novas gerações. Segundo essa autora, a necessidade da utilização do trabalho das crianças na lavoura, não seria determinação direta dos seus baixos níveis de escolaridade no meio rural, estando as causas deste problema mais ligadas às deficiências da rede escolar e às condições sociais das famílias dos menores trabalhadores. A explicação de indiferença e desinteresse pela educação no meio rural, encobre, na verdade, problemas estruturais mais complexos, referentes às desigualdades sociais e à própria organização histórica do sistema de ensino. Assim como a diferenciação social tem sido determinante fundamental de acesso à educação formal para toda a sociedade brasileira, as oportunidades de escolarização têm sido mais reduzidas, em quantidade e qualidade, no meio rural.

Como exemplo, as escolas rurais têm sido estruturadas tradicionalmente como escolas isoladas, com uma mesma professora responsável, num mesmo espaço e tempo, por crianças de diferentes faixas etárias, em variados níveis de escolarização. Escolas rurais que oferecem, em geral, a escolaridade de primeiro grau, quando não somente as séries iniciais do primeiro grau de ensino.

Há relativamente pouco tempo essas escolas estão sendo substituídas nas localidades da Ilha de Santa Catarina, pelos grupos escolares. Há menos tempo ainda, em algumas dessas localidades foi, ou está sendo implantado o ensino de segundo grau.

As teorias de privação cultural<sup>1</sup> que tiveram como consequência o rebaixamento dos níveis de ensino, no que se refere aos conteúdos ministrados para as populações carentes das periferias urbanas, fizeram sentir seus efeitos também na seleção dos conteúdos ministrados para as populações rurais, tradicionalmente consideradas como privadas dos estímulos necessários ao desenvolvimento cognitivo dos níveis mais elevados de abstração.

De acordo com o ideário liberal, a relação entre escolaridade e trabalho se fundamenta na consideração da escola como capaz de diminuir ou anular distâncias sociais entre os sujeitos, promovendo a ascensão social das camadas desfavorecidas.

---

<sup>1</sup> Sobre as teorias de privação cultural e suas consequências quando aplicadas às práticas educacionais, existe uma extensa bibliografia. O estudo do conceito de privação cultural remete à obra do antropólogo Oscar Lewis que, através de estudos de família na Cidade do México (*Los Hijos de Sanchez*) e em favelas de New York e San Juan da Costa Rica, desenvolve a concepção de “cultura da pobreza” “...rótulo para um modelo conceitual específico que descreve (...) uma subcultura da sociedade ocidental que tem sua estrutura e sua lógica, uma forma de vida que passa de geração à geração, dentro de linhagens da família.” (LEWIS, 1973:146) Segundo o autor, esta “subcultura” seria caracterizada por traços específicos (estrutura da família, relações interpessoais, orientação temporal, fatalismo, sistema de valores etc), que se constituiriam como suas constantes interculturais, num modelo que ultrapassaria as fronteiras nacionais.

Para uma análise mais aprofundada do assunto, que foge aos objetivos do presente trabalho, conferir a primeira parte (especialmente o capítulo 1), da obra de Ana Maria Nicolaci-da-Costa, “Sujeito e Cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social”, onde a autora faz um rastreamento das concepções de privação cultural e enfatiza as consequências negativas de uma educação escolar menos exigente em termos de conteúdos, porque baseada na consideração apriorística de que as crianças provenientes de camadas populares empobrecidas das periferias urbanas, seriam privadas da estimulação necessária ao desenvolvimento cognitivo, que lhes permitisse alcançar os níveis de desempenho intelectual dos alunos oriundos das camadas da população não privadas dos estímulos adequados. A autora demonstra como estas teorias pedagógicas estão comprometidas com uma visão classista etnocêntrica.

Conferir também a obra pedagógica de Maria Helena de Souza Patto.

A escola, na verdade, não tem servido a esta idealização e tem sido denunciada como instituição que ajuda a manter os sistemas privilegiadores da diferenciação social.

Dermeval Saviani (1986), quando analisa as teorias críticas da educação, que consideram a escola como reproduтивista dos sistemas e ideologias dominantes, descartando seu papel de instituição transformadora da sociedade, chama a atenção para o fato de, com todas as limitações dos sistemas formais de ensino, existir embutida nessa temática, uma questão que é fundamental: o mais perverso impedimento do acesso das crianças e jovens provenientes das camadas populares, de populações urbanas ou rurais, à participação mais igualitária na sociedade urbanizada, em termos de oportunidades de trabalho, acesso aos bens materiais e culturais, é a decadência da escola pública.

Com relação a estas questões tão polêmicas, a análise do material que temos obtido com as entrevistas realizadas, permite algumas considerações.

Inicialmente, sobre o pretenso desinteresse das populações rurais pelo ensino, é necessária a consideração de alguns aspectos, pois as representações dos sujeitos entrevistados suscitam várias questões que pedem reflexão.

Na primeira etnografia realizada nestes estudos da Ilha de Santa Catarina (Lago, 1983), os velhos informantes, que através de suas memórias da infância e mocidade, relatavam a transformação de sua comunidade em balneário, ressaltaram todos como uma das vantagens principais da urbanização da localidade, a ampliação das oportunidades de escolarização para os filhos. Em estudo sobre a migração de habitantes de outra localidade pesqueira da ilha (Córdova, 1986), a autora assinala como importante motivação para o movimento migratório em direção ao centro urbano, a busca de maiores oportunidades escolares para os filhos dos migrantes. Muitos trabalhos sobre a ilha confirmam estes motivos, questionando a crença no desinteresse dos habitantes do meio rural pela escolarização das novas gerações.

Um dos pescadores entrevistados mais recentemente, relata:

*“... Mas a minha mãe não chegou a estudar. Não tinha mesmo, que na época era difícil. Ela era das mais velhas da família, depois as mais novas é que tiveram oportunidade, é que veio, apareceu as professoras, a sala de aula. Muitas vezes eram pagas particular, sabe. Não era o governo que pagava.*

*P. O pessoal se reunia, e chamava alguém?*

*R. É, isso. Aparecia uma pessoa que tinha um conhecimento, assim, de cultura, vindo de alguma cidade, por mudança... Então eles sabiam que aquela pessoa sabia ler e escrever melhor, como eles falavam, então eles contratavam aquela pessoa. Cada um dava uma importância mínima, assim, que reunia assim um salário muito pequeno, né. Então eles pagavam aquela professora. E fizeram muito assim, prá que as crianças aprendessem. Naquele tempo o número de analfabeto era muito grande, hoje eu não sei como é que está mas, naquele tempo era uma porcentagem muito grande...”*

Como ressaltou Demartini nos trabalhos citados, menos que ao desinteresse da população rural pelo ensino, os problemas de escolaridade têm suas causas em questões estruturais, inclusive na falta de escolas. Fato que é corroborado pelo relato, constante em muitas entrevistas, da experiência dos sujeitos de terem vindo morar na cidade com parentes ou com famílias conhecidas, em busca do acesso à escola, separados das famílias de origem por determinados períodos, em que deixavam de cooperar com seu trabalho na unidade doméstica de produção.

Sobre a questão de incompatibilidade entre estudo e trabalho no meio rural, podemos tecer algumas considerações.

Se no mundo urbano capitalista são bem definidas as relações entre escolaridade e profissionalização, no mundo rural da pequena produção em que as relações de trabalho não são capitalistas, esta ligação entre educação formal e profissão não fica estabelecida. Se não podemos falar em incompatibilidade, já que o interesse e motivação pelo estudo revelados nas entrevistas o desautoriza, temos elemen-

tos para pensar num distanciamento, paralelismo mesmo, entre o trabalho tradicional aqui na ilha e o estudo formal.

As atividades da pesca, da lavoura, da casa, da renda, dos engenhos, eram ensinadas informalmente às crianças, enquanto acompanhavam e ajudavam os pais nas lidas do cotidiano. E o que aprendiam na escola, em cartilhas destinadas às populações urbanas, estava distante de sua realidade. Tão distanciado, que para alguns parecia um conhecimento inútil, alheio à prática. Reforçando esta idéia, temos o depoimento de uma antiga professora (recomendada por um dos informantes que estudara com ela), a qual procuramos entrevistar porque conseguia um bom índice de aprovação de seus alunos de escola isolada, no exame de admissão ao ginásio, na cidade. E o fato de que ela relacionava os conteúdos do ensino às atividades desenvolvidas na comunidade pesqueira, não é alheio ao sucesso e motivação de seus alunos pela aprendizagem.

*“... eu dividia as turmas, né, fazia os trabalhos diversificado prá eles... quando aqueles meninos já estavam maiores, que aqui é época de pesca da tainha, então quando dava um lance de tainha eles queriam era saí prá abrì a tarrafa porque os pais eram pescadores... as mães vinham pedí.... Aí, como elas pediam.... Aí, a turma toda queria... eu ia com eles. Ia lá, lanceavam, quando acabavam de lanceá, que repartiam o peixe, eles vinham... eles tomavam um banho, ali mesmo na água e trocavam de roupa, já levavam calção, né, tiravam, vestiam a roupinha, vinham prá aula. Aí eu já dava uma aula de matemática prá eles... ‘quantos peixes vocês mataram?... A como foi que vocês venderam? E quanto tocou prá cada um?’ Aí eles faziam as continhas... ‘E a rede do seu fulano, quanto matou?... Quantos camaradas têm? Pois é, agora tem que dividir, a metade pro dono da rede e a metade pros camaradas’...”*

Em contrapartida, quando a relação entre o estudo e a realidade vivenciada pelas crianças não se estabelecia, o trabalho e a escola, por distanciados, paralelos, podiam se excluir nas representações de alguns sujeitos, especialmente naqueles meninos que desejavam ser somente pescadores.

É o relato de um jovem da terceira geração de entrevistados, que procura continuar como pescador num dos balneários da ilha:

*“... ia relaxando... Sei lá, dava vontade... cada vez que eu sentava na sala de aula, dava vontade de sair... não dava vontade de cumprir as 4 horas de aula... E, como eu ia me habituando mais sobre a pesca do que ao estudo, a gente sempre vai jogando isso prum lado e deixando o outro... E a partir daí então, eu até esqueci o estudo. Esqueci de uma tal maneira que parece assim que eu nunca estudei...”*

A continuidade desta entrevista, corroborada pela fala de outros sujeitos, nos leva a considerar que o sucesso ou insucesso escolares tem muito a ver com o desinteresse pela escola e a opção pelo trabalho, como excludente do estudo.

*“... se a gente for fazer o estudar, trabalhar, aí já fica um pouco mais difícil... Tem pessoas que não conseguem fazer isso aí, já tem pessoas que conseguem. Então, eu achei que não conseguia, prá mim não cabia na minha cabeça, tantas coisas... tumultuava muito.”*

O insucesso escolar aparece como atribuído pelos sujeitos a características individuais, pouca capacidade para aprender. Uns têm “boa cabeça”, dão para o estudo, outros não. Assim, entre aqueles entrevistados que tiveram que deixar a escola (em função de questões de diferenciação social, aqueles cujos pais não tinham condições de lhes dar estudo, como afirmaram vários deles), justamente os que obtinham sucesso, tinham “boa cabeça”, são os que hoje lastimam a interrupção escolar e idealizam a continuidade dos estudos.

Estas representações sobre a atribuição exclusiva do insucesso escolar às capacidades individuais do educando, remetem-nos mais diretamente ao terreno da psicologia da educação. E, nesta área da psicologia, quando nos preocupamos com capacidades cognitivas ou com a questão das motivações, as posições dos psicólogos cognitivistas e as contribuições da psicanálise são paradigmáticas.

De acordo com as concepções dos teóricos cognitivistas, na dissociação entre trabalho e estudo com relação a determinadas atividades, é fácil de compreender a opção de alguns meninos pela pesca. Eles começavam em geral na pescaria com 8 a 10 anos. Em fase de segunda infância, caracterizada por Jean Piaget (1978) como período de operações concretas no tocante ao desenvolvimento cognitivo. Henri Wallon (1979) se refere à infância como tempo de inteligência prática, em contraposição à inteligência abstrata, das representações, própria do adulto. Época, portanto, em que a criança tem grande capacidade para lidar com o mundo concreto, em que os conteúdos de aprendizagem devem estar relacionados às práticas, ao real.

A psicanálise freudiana, prática clínica que transcende ao campo da psicologia, presta, no entanto, uma contribuição inestimável aos saberes psicológicos quando, teorizando a estruturação do psiquismo e o papel do desejo inconsciente na constituição do sujeito e do ego, acaba por dar uma interpretação própria ao estudo das motivações humanas.

Assim, com referência à psicanálise, rapazes e meninas em idade escolar, já estabeleceram uma nítida diferenciação sexual em termos subjetivos, pela identificação com os pais e introjeção dos papéis masculinos e femininos. Os meninos que se tornam ajudantes de pesca participam de uma atividade masculina, intensamente coletiva. De forma valorizada comunitariamente, como "trabalhadores" entre os "camaradas" de pesca, aprendem um ofício na prática e têm seu ingresso assegurado no mundo dos homens. Identificados com seus modelos. É perfeitamente compreensível, portanto, que esta atividade os motive e mobilize mais fortemente que a aprendizagem escolar, à qual as gerações anteriores frequentemente não tiveram acesso.

Na análise do material obtido com as pesquisas, tentei utilizar a concepção de identidade como a representação consciente do "eu", que se constitui nas relações contrastivas e de identificação com os "outros". Identidade como a ficção através da qual o indivíduo se representa

como um ego, procurando coerentizar, dar unidade a esta representação.

Estudando a socialização masculina em famílias de classes populares urbanas, Romanelli (1993) ressalta a importância da categoria trabalhador como valor positivo na constituição da identidade de seus sujeitos.

*“Nas representações transmitidas pelos pais das classes populares aos filhos, e que são produto de sua experiência, o trabalho é considerado em seu aspecto instrumental, cuja realização é imprescindível para garantir a sobrevivência (...). A esta representação sobre o trabalho, junta-se outra, relacionada ao trabalhador. A condição de trabalhador estabelece fronteiras sociais e simbólicas entre o mundo do trabalho e o dos ociosos. Ao assumirem a condição de trabalhadores, os filhos incorporam esse novo elemento na composição de sua identidade pessoal e social, elemento que representa um atributo identificador positivo, separando-os contrastivamente do universo dos ociosos e desocupados” (Romanelli, 1993:11).*

O autor afirma ainda que a condição de trabalhador é algo presente especialmente para o sexo masculino, elemento esse que, valorizado desde a infância, tende a sobrepujar os outros atributos constitutivos da identidade dos rapazes nas classes populares. Sendo a atividade profissional do homem, no plano das representações, mais importante que a realizada pela mulher (o marido visto como o principal provedor das necessidades familiares), a importância do trabalho dos filhos é enfatizada na família, em detrimento do trabalho das filhas. Como entre as classes trabalhadoras a posição da mulher na estrutura familiar “é, ainda, subordinada ao sexo masculino, a atividade profissional feminina não tem o mesmo significado que o trabalho assume na elaboração da identidade masculina” (Idem:10).

Essa ênfase numa ideologia do trabalho é ainda mais evidente nas sociedades tradicionais. Da mesma forma, a divisão sexual do trabalho, com a mulher confinada ao mundo privado e o homem destinado ao mundo público.

Estes aspectos nos dão elementos para refletir sobre o significado diferenciado da atividade escolar na vida de meninos e meninas nas localidades litorâneas da Ilha de Santa Catarina, em relação à categoria de trabalhador relacionada aos meninos.

No depoimento de uma jovem professora entrevistada numa comunidade da ilha onde o processo de transformação é ainda inicial (o acesso à localidade é feito principalmente por mar), podemos perceber melhor esta dissociação entre trabalho tradicional e estudo nas representações de antigos habitantes das praias.

*"A escola é às vezes até considerada um meio assim... tipo de pessoa que não tem nada prá fazer, tu vai lá... Mas agora, já é bem diferente de antes... naquela época os pais tiravam os alunos cedo prá ajudá em casa, antes eles não consideravam a escola como um... assim, um local prá eles se desenvolver, prá eles crescer... eles achavam que a escola era assim como tu... tu não tinha nada prá fazê... Então era melhor ficar em casa trabalhando, porque tu lá ganhava dinheiro. Eles não pensavam no futuro, que eles iam precisar disso, né? Agora eles tão sentindo dificuldade..."*

*P. E as meninas? Os meninos iam pescar com os pais. E as meninas?*

*R. Elas ajudam em casa só que... isso puxa mais pro lado dos meninos é, os meninos faltam mais por causa dos pais que as meninas. As meninas não tem tanto... parece que eles são mais abertos assim. Parece que as meninas têm o dom de estudar, parece que... elas servem prá estudar e o menino não. Parece que o livro é uma coisa de menina, pegar um livro na mão é uma coisa de menina, entende? ... Até na aprendizagem é melhor... a mulher do que o homem."*

Entre rapazes e moças, a terceira geração de sujeitos entrevistados, que vivem em condições diferentes de seus avós e pais, com as atividades tradicionais na lavoura e na pesca se inviabilizando, ou já impossibilitadas, tendo que buscar novas formas de prover a subsistência, através de

trabalho assalariado,<sup>2</sup> a importância da escolarização não é questionada.

Um dado interessante, que está de acordo com uma tendência mais geral, revelada pelos levantamentos censitários do país, é o avanço da escolaridade entre as mulheres. As moças entrevistadas estudaram mais que os rapazes da mesma faixa etária. Fato compreensível também, nas representações do estudo como mais próprio de meninas, enquanto seria próprio dos meninos ir mais cedo para o trabalho no mundo público.

De acordo com vários dos sujeitos entrevistados, o ensino é ainda dissociado do trabalho que desempenham, mas ninguém mais contesta, atualmente, sua validade.

A procura de oportunidades de escolarização pelas novas gerações, é muito expressiva.

Os jovens que entrevistei, no entanto, tiveram muitas dificuldades para desenvolver seus estudos de segundo e até primeiro grau completo, dependendo de escolas fora das localidades e tendo condições de desvantagem para concorrer às vagas de escolas públicas, em função dos conteúdos diferenciados das escolas rurais que freqüentaram inicialmente. Neste sentido, a maioria deles precisou estudar em escolas privadas, lutando sempre com dificuldades financeiras, estudando à noite e tendo que trabalhar durante o dia.

Poucos chegaram a cursar o terceiro grau de ensino.

Mas muitos deles desejariam prosseguir seus estudos e idealizam um curso universitário. Em relação à questão da escolha profissional, isto não é tão importante. O importante seria cursar a universidade.

<sup>2</sup>Florianópolis tem aspectos que a caracterizam, em termos de atividade econômica, como uma cidade terciária. O setor industrial é pouco expressivo, com indústrias voltadas, em geral, para o mercado interno. O destaque fica para a indústria da construção civil. A dinâmica econômica da cidade, capital do estado de Santa Catarina, gira em torno da administração pública, do comércio e do sistema financeiro. Setor de serviços. Nos meses de verão o turismo dinamiza a economia, oferecendo empregos sazonais, com expressivo incremento das atividades informais. O trabalho assalariado no centro urbano, no mercado formal, coloca como exigência a mediação da escolaridade.

É o depoimento de uma moça:

*"A universidade é... sempre foi o meu sonho. Primeiro eu queria psicologia, eu sempre sonhei... fiz a inscrição do vestibular... na hora desisti da psicologia e disse não, é português... A verdade mesmo que eu queria era entrar na universidade, não era o curso específico, né?... Mas na verdade o que eu queria era mais conhecimento... na verdade eu não queria deixar de estudar... A gente é um eterno aprendiz... a gente conhece pessoas novas, a gente aprende coisas novas... Então eu sempre sonho assim um dia entrar na universidade prá... melhorar porque eu acho assim, que a gente... a maneira de comunicá também..."*

Como expressa outra entrevistada:

*"Minhas colegas dizem '... eu entrei prá universidade eu mudei muito eu, sei lá, aprendi coisas novas... minha maneira de falá mudou, e outros conhecimentos'... Então eu não sei, acho que vai complementá... pode ser que ajude também, porque eu... anível de falá, assim, conversar com outras pessoas, eu aprenda mais com elas..."*

Nestas falas fica fortemente estabelecida, na representação dos sujeitos entrevistados, a importância que as novas gerações dão à escolaridade como condição de acesso simbólico aos códigos urbanos de vida.

Como conclusão dessas reflexões sobre o material obtido nas pesquisas, fica evidente que, se trabalho e escolaridade estão ainda distanciados (os entrevistados que chegaram a níveis superiores de graduação e desempenham profissões relacionadas aos cursos que realizaram, foram os únicos sujeitos a perceber uma relação de utilidade entre estudo e trabalho) para a maioria dos informantes, todos, sem exceção, estabeleceram uma forte relação entre escolaridade e valor social e subjetivo de identidade.

São fragmentos de entrevistas:

*"...Hoje em dia tudo depende do estudo... se não tiver estudo a gente não tem nada na vida... (moça, 23 anos).*

- "... Vale mais quem estudar mais" (homem, 31 anos).
- "... Sem estudo a pessoa não vale nada..." (rapaz, 22 anos).
- "... eu não sei ler, só sei assiná o meu nome... então eu não arrumo serviço por causa disso... me acanho de arrumá..." (homem, 54 anos).

Se todas estas questões possibilitam refletir sobre a diferenciação dos conteúdos ensinados em escolas rurais e periféricas, sobre o distanciamento entre os saberes ministrados nas instituições formais de ensino e os trabalhos realizados no cotidiano, certamente corroboram para enfatizar a importância de uma escola pública de qualidade, acessível a toda a população, também na Ilha de Santa Catarina.

## REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos R. *A cultura na rua*. Campinas : Papirus, 1989.
- CÓRDOVA, Raquel. *Ficar em terra: o processo de migração de profissionais da pesca*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Antropologia. UFSC, Florianópolis, 1986 (mimeo).
- DEMARTINI, Zeila de B.F. *Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras*. São Paulo : Loyola, 1985.
- \_\_\_\_\_. "Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais". In: VON SIMSON, Olga de A. (org.). *Experimentos com histórias de vida*. São Paulo : Vértice, 1988.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo : Perspectiva, 1984.
- FREUD, Sigmund. *O ego e o id*. (1923). *A dissolução do complexo de édipo* (1924). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro : Imago, 1973.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. *Memória de uma comunidade que se transforma: de localidade agrícola pesqueira a balneário*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Antropologia, UFSC, Florianópolis, 1983 (mimeo.).
- \_\_\_\_\_. *Modos de vida e identidade: um estudo sobre sujeitos no processo de transformação social, na Ilha de Santa Catarina*. Tese de Doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Educação - Psicologia Educacional. UNICAMP, Campinas, 1991.

- LEWIS, Oscar. "A Cultura da Pobreza". In: *A Ciência Social num Mundo em Crise: textos do Scientific American*. São Paulo : Perspectiva/EDUSP, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo : Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1975.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. "O Sujeito no Discurso da Diferença de Classes: Inferior, Carente ou Apenas Diferente?". In: *Sujeito e Cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social*. Rio de Janeiro : Campus, 1978.
- PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- ROMANELLI, Geraldo. *Famílias de classes populares: socialização e identidade masculina*. Ribeirão Preto-USP, 1993 (mimeo.).
- SAVIANI, Dermeval. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo : Cortez, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Ensino público e algumas falas sobre a universidade*. São Paulo : Cortez, 1986.
- WALLON, Henri. *Do Acto ao Pensamento*. Lisboa :Moraes, 1979.